

## CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



Vital: acordo para evitar desmoralização

## Master, BC, TCU: batalha de lobbies na Esplanada

O acordo de cavalheiros entre o presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo Filho, e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, é o último capítulo de uma impressionante batalha de lobbies que se assistiu nas últimas semanas na Esplanada dos Ministérios. Começando pelo Banco Master. O tamanho da rede de proteção que o banco de Daniel Vercaro montara em Brasília talvez ainda não seja totalmente conhecida. E poderá ainda gerar constrangimentos caso avance mesmo no Congresso um pedido feito pela Rede e pelo Psol de CPI. A rede tem políticos, talvez ministros de altas Cortes e – investiga-se – influenciadores digitais contratados. A rede foi a primeira a se mexer.

## “Liquidar” a liquidação

E fez com que, na sequência, se mexessem os outros lobbies. A rede do Master pretendia “liquidar” a liquidação do banco feita pelo Banco Central. Revertê-la. E, nesse caso, o caminho poderia estar na inspeção pedida pelo ministro do TCU Jhonatan de Jesus. Se a inspeção pedida por Jhonatan revertere a liquidação, ficava comprometido o Banco Central. Então, moveu-se o lobby do Banco Central.

Antonio Cruz/Agência Brasil



Galípolo: defesa da autonomia do BC

## Lobby do BC foi o segundo a se mover

A pressão do BC apontava para o que tecnicamente chamam de “risco sistêmico”: o questionamento poderia comprometer a autoridade monetária do banco. O lobby que se moveu parece ter envolvido até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu a Vital do Rêgo que interferisse para anular a inspeção determinada por Jhonatan. Vital moveu-se. Parou a inspeção. Jhonatan resolveu deixar para o próprio plenário do TCU uma decisão final para o caso. O problema é que, assim, quem ficaria desmoralizado seria o TCU como Corte de Contas do país.

## Para inglês ver

Mexeu-se, então, o lobby do tribunal. A conversa de Vital com Galípolo selou o acordo. A inspeção continuará. Mas o que se comenta nos bastidores é que será uma inspeção “para inglês ver”. Ao final, o plenário do TCU dirá que não se constatou nenhum problema na liquidação do Master. Fica mantida a autoridade do BC, mas fica mantido o direito de inspeção do tribunal.

POR  
RUDOLFO LAGO

## Caixa-preta

Galípolo aceitou o acerto porque continuava se movendo uma sombra de dúvida sobre o Banco Central. Parecia que as decisões do banco como autoridade monetária eram totalmente inquestionáveis e pouco transparentes. Uma caixa-preta que também não se justificaria e que geraria desgaste.

## Independência

Não custa lembrar que o Banco Central tenta aumentar ainda mais sua autonomia. Uma PEC, de autoria do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) amplia essa autonomia, dando ao BC também independência financeira e orçamentária. A PEC é relatada por um senador de oposição, Plínio Valério (PSDB-AM).

## Juros

E Galípolo a apoia. A autonomia que tem foi conquistada pelo BC em 2021. A partir de então, os presidentes passaram a ter mandatos de dois anos, que ultrapassem o mandato dos presidentes da República. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua contrariedade com esse arranjo.

## Campos Neto

Enquanto o Banco Central foi presidido por Roberto Campos Neto, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Lula fazia questão de criticar e dizer que a política de juros altos era mantida por Campos Neto por motivação política. Campos Neto saiu, Lula indicou Galípolo. Mas os juros continuaram altos. Nada mudou na estratégia.

## Trump

Curiosamente, esse ponto parece unir os pensamentos de Lula, um presidente de esquerda, aos de Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos, de direita. Lá nos EUA, Trump também reclama da política de juros exercida pelo Federal Reserve (FED), o Banco Central norte-americano, e faz forte pressão.

## Manifesto

Na terça-feira (13), Galípolo assinou, junto com outros presidentes de bancos centrais do mundo, um manifesto em apoio ao presidente do FED, Jerome Powell. Moveu-se aí mais um lobby forte: o lobby das autoridades monetárias do planeta. O jogo bruto. Ganha quem tem mais força e capacidade de pressão.



É a segunda vez que Félix Mendonça Jr é alvo da PF

## Deputado é alvo de nova investigação por emendas

Pela segunda vez, PF tem como alvo Félix Mendonça Júnior

Por Gabriela Gallo

A Polícia Federal (PF), a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram nesta terça-feira (13), a nona fase da Operação Overclean que visa desarticular uma organização criminosa suspeita de desvios de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares e lavagem de dinheiro.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), foram bloqueados R\$ 24 milhões em contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas investigadas na intenção de interromper a movimentação de valores de origem ilícita e preservar ativos para eventual reparação aos cofres públicas. O principal alvo desta fase da operação é o deputado federal Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).

## Segunda vez

Esta não é a primeira vez que o nome do parlamentar é citado na oposição das autoridades. Em junho do ano passado, na quarta fase da operação, Félix Mendonça Júnior foi um dos alvos investigados, tal como o assessor parlamentar do deputado, Marcelo Chaves Gomes. De acordo com as investigações preliminares dos agentes de segurança, o parlamentar teria se aproveitado do pagamento de propina direta e indiretamente por alocar emendas a, no mínimo, três municípios baianos.

Ao todo, foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão, expedidos pelo STF. De acordo com a PF, os investigados podem responder pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, fraude em licitações e contratos administrativos, além de lavagem de dinheiro.

O representante do PDT na Câmara é um dos diversos parlamentares alvos de operações que investigam o desvio de recursos de emendas parlamentares. Ao menos 30 parlamentares são alvos de investigações ligadas ao orçamento.

Por meio de suas redes sociais, Félix Mendonça divulgou uma nota o qual manifestou ter recebido a notícia com “surpresa e indignação”. A assessoria do parlamentar citou que, desde que o deputado foi alvo em junho de 2025, não foi “encontrado qualquer elemento ou evidência contra o deputado” e que ele vem colaborando com as investigações.

Ao Correio da Manhã, o professor de direito penal do Ibmeq Brasília Tédney Moreira avaliou que, “tendo em vista a complexidade da finalidade e das etapas de destinação das emendas parlamentares, conter os seus desvios exige um conjunto de medidas institucionais, legais e também tecnológicas”.

“É fundamental a revisão dos critérios de liberação”, defendeu.